

A PRÁTICA POLÍTICA PARA SER JORNALISTA

ECA-USP 1975-1976

Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama (ECA-USP)

Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

– Departamento de Jornalismo e Editoração

Resumo:

O trabalho avalia o ensino de jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo em 1975-1976. Explicita a participação dos estudantes no processo de construção do conhecimento e articulação da prática política com a aprendizagem do jornalismo. Detecta a organização de uma escola laboratório, que marca a ausência de jornal-laboratório com periodicidade e linha editorial definidas.

palavras-chave: jornalismo e cidadania – memória e história – ensino de jornalismo – escolas de jornalismo – Brasil, Eca/USP

I – Ensino de Jornalismo

Hoje, há uma convicção de que as universidades tem um alto potencial de informações ainda não aproveitadas na formação de jornalistas. Acredita-se que uma abertura nos currículos, permitindo a montagem de currículos mais individualizados e condizentes com as demandas pessoais de cada aluno, é um processo mais produtivo para formar jornalistas. E tal possibilidade encontra-se presente no currículo que foi implantado a partir de 1993 no Curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

De uma certa forma, voltamos, nos anos 90, às idéias que orientaram a proposta do curso de Jornalismo do Instituto de Comunicação de Massa, experiência da Universidade de Brasília, cerceada pelo golpe militar de 1964. As mudanças na conjuntura histórica e nas condições de trabalho das empresas jornalísticas não destruíram a característica do trabalho jornalístico ser uma atividade intelectual, condicionada ao desempenho individual de cada profissional.

II. O papel das escolas nos anos 80 e 90

A escola de nível superior é o local adequado para a formação de jornalistas profissionais no atual estágio da história da imprensa brasileira. A importância e a necessidade das escolas para a formação intelectual e a luta sindical dos jornalistas são pontos já ressaltados por pessoas com a experiência de José Hamilton Ribeiro, em meio a uma polêmica onde aparecem também posições extremadas — com a defesa do mais estreito corporativismo até a proposta do abandono de qualquer regulamentação para definir a entrada de novos trabalhadores no mercado. (Ver matéria: Ter diploma ou não ter: eis a questão, in UNIDADE, Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, julho/setembro de 85, nº 86, pp. 4-7).

Historicamente, a idéia de que o jornalismo é uma atividade para ser ensinada em escolas superiores foi defendida por vários empresários do jornalismo, destacando-se Joseph Pulitzer, que patrocinou a criação da primeira escola de jornalismo nos Estados Unidos. (Ver Edwin Emery A História da Imprensa nos Estados Unidos. Rio, Lido, 1965, pp. 793-798)

Também Antonio Gramsci, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano, defendia a necessidade de se oferecer uma formação sistemática para os jornalistas em escolas criadas para essa finalidade. Ele próprio, refletindo sobre a questão do exercício do jornalismo, preocupou-se em elaborar algumas orientações para o trabalho. (Ver in Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio, Civilização, 1968, III. Jornalismo, pp. 101-204).

Na cultura brasileira, a necessidade de formação acadêmica para o exercício do jornalismo torna-se objeto de debates acirrados entre os empresários e trabalhadores no final dos anos sessenta, quando ocorre a regulamentação da profissão de jornalista, uma reivindicação sindical finalmente atendida. A polêmica inicial era sobre a obrigatoriedade da posse de um diploma universitário em jornalismo para se ter um lugar no mercado de trabalho. Atualmente, a divergência mais aguda é sobre a possibilidade de se obter, apenas via escolas de jornalismo, a formação reclamada pelo jornalismo das grandes empresas jornalísticas.

Se as escolas de jornalismo pretendem estar sintonizadas com as exigências da sociedade, cumpre equacionar a questão de encaminhar seus estudantes para uma formação especializada de alto nível técnico e ético-político, nas condições históricas atuais.

III – Ensino na Ditadura

Na década de 70, a proposta de se fazer das escolas de jornalismo local de aprendizagem da profissão pôde ser vivenciada pelos estudantes nas piores condições objetivas para o trabalho.

Não por opção de alunos e professores. Mas por imposição das conjunturas históricas: fechamento político, precariedade absoluta de meios para a execução de um trabalho jornalístico contínuo e periódico, impotência da maioria do corpo docente foram condições que marcaram as atividades de ensino de jornalismo na ECA/USP nos anos setenta. A prisão do professor Jair Borin, a desconstrução dos professores José Marques de Melo, Thomaz Jorge Farkas, José Freitas Nobre do Departamento de Jornalismo e Editoração nos primeiros anos da década, foram apenas sintomas do um processo repressivo político só revertido com a anistia política, nos anos 80.

Constatamos, no entanto, que a organização do movimento estudantil na universidade, em 1975, um dos marcos do processo de reabertura política no país, permitiu uma experiência político-pedagógica importante para a reflexão sobre ensino de jornalismo

Sendo docente do Curso de Jornalismo da ECA/USP desde 1972, fizemos um balanço de um dos momentos significativos da vida escolar, o período 1975/1976. Os fatos aconteceram em situações muitas vezes referidas na páginas dos jornais da grande imprensa paulista, principalmente O Estado de São Paulo e Folha de S.Paulo. Evitamos acariciar vaidades pessoais por acreditar no valor pedagógico de algumas lembranças incômodas. Perceber as limitações que cercam o trabalho cotidiano é um processo educativo e um antídoto contra a mistificação pedagógica. Mistificação que tem ameaçado inclusive a própria história do Departamento de Jornalismo e Editoração, em alguns momentos e circunstâncias.

IV - Apagando registros

A história se faz com documentos. Mas, quem faz os documentos, em quais condições? Se alguém fosse consultar o “Relatório Anual de Atividades do Departamento de Jornalismo e Editoração do ano de 1975”, enviado às instâncias

superiores da Universidade, e tivesse acompanhado o cotidiano das aulas de jornalismo, notaria uma ausência no texto: o nome de Wladimir Herzog não figurava na lista de professores que atuaram naquele ano letivo. Herzog lecionou telejornalismo juntamente com a professora Gisela S. Ortriwano, no segundo semestre do ano, até a semana em que morreu nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Colocamos o nome de Wladimir Herzog no rascunho do “Relatório de Atividades de 1975” mas o nome dele foi suprimido do texto “oficial”, por ordem da chefe, Profa.Dra. Helda Bullotta Barracco, que arbitrariamente se recusou a ouvir quaisquer protestos, alegando ordens superiores. Herzog aguardava a publicação do seu contrato de trabalho no Diário Oficial, mas trabalhou de fato, como alguns outros docentes em situação funcional idêntica. Todas as pessoas do corpo docente (efetivos, contratados, à espera de contratos e voluntários) exceto Herzog, figuraram no Relatório.

É no livro escrito por Fernando Pacheco Jordão, Dossiê Herzog, publicado pela Editora Global de São Paulo, em 1979, que se mencionam as atividades profissionais de Herzog no magistério:

“Tornou-se, ao mesmo tempo, professor, primeiro da FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado) e depois na ECA (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), exatamente como se propusera enquanto estava em Londres, embora se queixasse da burocratização e massificação do ensino que levava ao desinteresse e apatia dos alunos.” (p. 176)

O ato de passar uma borracha em determinados fatos que aconteceram não é incomum a nenhuma burocracia. Apenas, no caso de Herzog e em alguns outros fatos, temos fontes alternativas e pessoas localizáveis para aclarar a história. Para alguns professores Wladimir Herzog representava uma presença impertinente. Não existiu sequer a possibilidade de vê-lo como um ser humano que havia morrido e deixava filhos, mãe e esposa. A direção do Departamento não enviou sequer um voto de pêsames à família do colega falecido

V - A escola-laboratório

Apesar das circunstâncias repressivas, os alunos fizeram da ECA, em 1975, um centro de atividades culturais, políticas e sociais. As preocupações abrangiam desde as grandes questões conjunturais até o cotidiano das salas de aulas. Os espaços de atuação

eram usados para debates, esclarecimentos, intervenções e todas as formas de comunicação eram manejadas, do jornal mural às páginas da grande imprensa, que ainda enfrentava a censura ostensiva.

No primeiro semestre de 1975 houve uma greve geral dos alunos pela saída do diretor da ECA Prof. Manuel Nunes Dias. no final o diretor manteve-se no cargo e todos os estudantes grevistas perderam o semestre escolar.

Com a retomada das atividades, já no segundo semestre, os alunos continuaram buscando melhores condições de ensino. Um grupo de alunos do Curso de Jornalismo teve a iniciativa de comparecer à reunião da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), realizada em São Paulo, e apresentou um protesto contra a situação de censura aos órgãos laboratoriais.

Quando o Conselho do Departamento de Jornalismo e Editoração aprovou a contratação de um senhor, João Ulisses Cardoso, que se declarava publicamente ex-jornalista e policial de profissão, negando qualquer afinidade com atividades de ensino e pesquisa, os alunos do 5º semestre do jornalismo, matriculados no 2º semestre de 1975, recusaram-se a assistir aulas com ele. A mobilização dos alunos chegou à Congregação da ECA e um dos seus membros comentou: “Quer dizer que vamos ter um carcereiro em nosso corpo docente?” O personagem, com apoio da chefia do Departamento, conseguiu participar de várias reuniões com professores. O ponto culminante de sua interferência aconteceu quando propôs que os professores passassem a vigiar o trabalho dos funcionários administrativos. Perguntei-lhe se ele já havia assumido as funções do diretor da ECA. Então, declarou-se confuso e doente e prometeu acatar um conselho nosso — que permanecesse em repouso em casa — tendo cumprido a palavra: não apareceu mais. Talvez porque as circunstâncias externas à ECA estivessem mudando e não lhe interessasse mais permanecer no local. Ou ele teria terminado a missão para a qual havia sido designado?

O jornalismo estudantil, parte do movimento dos estudantes, tinha ligação com as salas de aula. Intervenções diretas eram feitas com jornais murais, escritos com pincel atômico e em papel de embrulho, quase sempre cor-de-rosa. O veículo Palavra de Ordem, do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, era um instrumento de dinamização das atividades didáticas e culturais. Uma questão colocada nas páginas de Palavra de Ordem possibilitou a montagem de cursos com diferentes perspectivas. Na mesma época, um grupo de alunos do Curso de Jornalismo criou o jornal Dois Pontos, que circulou na

Universidade intervindo no momento político cultural, até ser colocado sob censura prévia, quando fechou.

No primeiro semestre de 1976, os alunos do 6º semestre do Jornalismo fizeram um jornal, com a participação dos professores das disciplinas do semestre, sobre Embura, na região de Parelheiros, mostrando uma comunidade às voltas com problemas de grilagem de terras. Foi uma experiência de jornalismo em que 40 alunos atuaram num clima semelhante ao enfrentado pelos jornalistas. Os alunos assumiram fazer todo o trabalho e não aceitaram quaisquer censuras seja de professores seja de outras instâncias. Fizeram uma publicação sobre as várias facetas da luta dos moradores de Embura — das condições legais aos atos de violência perpetrados pelos que desejavam expulsar alguns habitantes dos seus locais de moradia. O jornal, que tinha como público leitor os moradores de Embura, assumia uma posição editorial: a solução dos problemas apontados dependia da ação conjunta dos moradores do local. A experiência didática enfrentou muitos percalços com dona censura desde ameaças de personagens referidos nas matérias até advertências de autoridades policiais em forma de recados a alguns professores.

A experiência do jornal de Embura mereceu uma avaliação da revista VEJA, de 29 de setembro de 1976 na seção Educação, sob o título Prática de Jornal. Depois de apresentar o seu relato sobre a experiência, VEJA finaliza considerando que “toda a responsabilidade pelos equívocos parece ser de uma escola de jornalismo onde os alunos tem de esperar até o sexto semestre para fazer um jornal —e, então, só podem fazer um único número, que, para completar, é censurado.”

VEJA reprovava a prática de jornal que consistia em publicar um único número e assinalava um ponto comum entre as atividades em uma escola de jornalismo e as redações de jornais: a presença da censura e da repressão. No mesmo número em que avalia O JORNAL da ECA, VEJA apresenta na seção “Censura” a matéria O caso do 377, relatando a apreensão de mais um exemplar do jornal Pasquim. E informando sobre a presença da censura nas publicações: Tribuna da Imprensa, O São Paulo, Ele Ela, Nova, Movimento, Opinião, O Estado de S.Paulo, Jornal da Tarde, Status, Homem.

E se alguns professores compartilhavam das insatisfações dos alunos, a ação coletiva organizada era apresentada basicamente em nível estudantil. As limitações eram da conjuntura histórica mas alguns aspectos eram específicos da escola. Atuar avaliando as condições gerais e locais significava um trabalho permanente de viver na ECA e não de passar pela ECA. Partindo-se das condições específicas buscava-se:

- a) intervir no processo de ensino concreto, apresentando-se alternativas de estudo, organizando-se inclusive cursos, palestras e eventos, preenchendo-se necessidades não atendidas nos cursos regulares.
- b) lutar para se vencer os processos de censura e autocensura nos cursos, trazendo para as salas de aulas temas e autores colocados à margem do currículo.

A forma como as intervenções estudantis eram assimiladas dependia da competência dos professores. Pessoalmente considero as intervenções estudantis como fundamentais para a ocorrência de alguns estudos e avaliações de leituras. É certo que, em diversas circunstâncias, aconteceram discordâncias profundas, mas nunca hostilidades pessoais.

Posso compreender porque o jornalista Paulo Nogueira, formado em Jornalismo pela ECA em 1976, tenha declarado ao Jornal da Tarde, de 16 de novembro de 1978, ter aprendido mais nos debates e nos cursos promovidos pelo Centro Acadêmico “e no ambiente geral” do que nas aulas (seção Início da Carreira - Comunicações).

Reconhecer limitações impostas pela conjuntura histórica, assumidas segundo nossas circunstâncias e precariedades, é um caminho para se debater o processo de aprendizagem. A experiência histórica comprova o caráter permanente do ensino, visto enquanto atividade cultural e política. Reaviva, em decorrência, a questão sobre os aspectos imprescindíveis para serem desenvolvidos nas salas de aulas, em cursos que se pretendem profissionalizantes.

Bibliografia

EMERY, Edwin. A História da Imprensa nos Estados Unidos, trad. E. Alkimin Cunha, Rio, Lidaador, 1965.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio, Civilização, 1968.

JORDÃO, Fernando Pacheco. Dossiê Herzog. São Paulo, Global, 1979.

Periódicos

Jornal de Embura – jornal laboratório da ECA-USP, 1º semestre de 1976.

Dois Pontos – jornal estudantil da USP, 2º semestre de 1975.

Jornal da Tarde - jornal diário São Paulo 16 de novembro de 1978.

VEJA, revista semanal, 29 de setembro de 1976, São Paulo.

UNIDADE, jornal do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, julho/setembro de 1985, n.86.

- jornal diário São Paulo 16 de novembro de 1978.

VEJA, revista semanal, 29 de setembro de 1976, São Paulo.

UNIDADE, jornal do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, julho/setembro de 1985, n.86.